

A Acessibilidade nos Mercados Públicos Municipais

Lais Vasconcelos¹, Ana Silva¹, Maria Corrêa²

¹Graduanda no curso de Bacharelado em Gastronomia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE. ¹laisceu@gmail.com

²Docente do curso bacharel em Administração, Universidade Federal Rural De Pernambuco, Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE.

Palavras-chave: Gastronomia, Centros Culturais, Turismo acessível, Serviços.

INTRODUÇÃO

Os mercados públicos municipais preservam as tradições e valorizam o patrimônio arquitetônico e imaterial, sendo por isso considerados importantes espaços culturais urbanos. A gastronomia é um dos elementos integrantes desta composição cultural. Como exemplo podemos citar os mercados da capital pernambucana, São José, da Boa Vista, Encruzilhada, Madalena e de Casa Amarela que possuem representatividade histórica e social (1). As instalações físicas desses mercados, contudo, foram construídas em um contexto no qual as restrições de acesso às pessoas com necessidades especiais (PNEs) não eram questionadas. Tal preocupação é um fenômeno recente, foi a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado em 2015 (2, 3, 4).

Conforme (5), cerca de 45 milhões de pessoas no país possuem alguma necessidade especial. Ao buscarem serviços de turismo e lazer, inclusive nos mercados públicos municipais, estas pessoas enfrentam diversos tipos de barreiras (6), com prejuízos em sua auto estima e qualidade de vida. Mesmo com a vigência de leis sobre acessibilidade observamos a ausência parcial ou total de aplicação nos equipamentos urbanos. (2, 3, 4).

Diante disso, surgem questionamentos acerca dos caminhos para que se promova, de modo efetivo, a acessibilidade nos mercados públicos municipais. O presente artigo objetiva analisar a produção acadêmica brasileira sobre mercados públicos municipais, buscando mapear a presença de temas relacionados a acessibilidade dentro das dimensões propostas por (6), quais sejam: atitudinal, programática, comunicacional, metodológica e arquitetônica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa teve como fonte de dados sobre gastronomia, acessibilidade e mercado público municipal, um estudo bibliométrico com artigos publicados nos últimos 5 anos, nos portais de periódicos, assim como um levantamento sobre a legislação vigente. Esses dados são importantes para uma maior compreensão do universo das dimensões acessibilidade para possível inclusão das PNEs nesses espaços culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo bibliométrico mostrou que existem poucas publicações de artigos reunindo os temas de acessibilidade, gastronomia e mercado público municipal, foram encontrados apenas 4 artigos de três universidades federais e uma particular, sendo que de áreas distintas como: arquitetura; turismo e gastronomia, sociologia e administração.

De modo geral, os artigos deram ênfase em sugestões de intervenções arquitetônicas na estrutura dos prédios históricos, como se a acessibilidade fosse apenas nesse campo (7, 8, 9). Em uma das publicações, contudo, reconhece que a inclusão das PNEs, envolve a complexidade das patologias neurais, motoras e sensoriais e aponta para a necessidade de desenvolver projetos acessíveis voltados para essa superação dos desafios, por meio do conhecimento científico (10). Isso para melhorar o atendimento, pois as PNEs são clientes em potencial dos serviços de alimentação dos mercados públicos municipais. Melhorar o atendimento requer também a conscientização dos profissionais que trabalham para oferecer um serviço universal. (7, 9).

Em relação a gastronomia, metade dos estudos encontrados no levantamento bibliométrico, remetem a

área apenas como ponto que comercializa comida, sem considerar a importância cultural da gastronomia nesses espaços. (9, 10).

As atividades econômicas, sociais e culturais das cidades podem desenvolver, através da acessibilidade, um serviço que promova a inclusão das pessoas com deficiência, ao direito à lazer, à cultura e à gastronomia (1, 7, 8). Mesmo sendo prédios históricos é preciso que essas adaptações ocorram, tendo o cuidado para não se descaracterizar as práticas sociais e culturais. (7, 8, 9, 10,). Assim como considerar amplas dimensões (6), tais como, a atitudinal que promove o pensamento sem preconceitos da sociedade por parte das PNEs, a comunicacional, com quebra das barreiras de comunicação e a metodológica, através de capacitação dos profissionais; a programática é a que aborda todas as leis e normas que se aplica a acessibilidade. (6, 10). Afinal as PNEs sofrem com a ineficiência desses locais, ao não se adequarem às leis e normas, referentes à legislação sobre a acessibilidade (7, 8, 9,10).

Na dimensão arquitetônica, conforme (3, 4, 6), refere-se às barreiras físicas, para que todos tenham uma circulação entre os ambientes de forma segura e de qualidade. Trata-se do maior desafio em ser implementado, por questões de custos e alterações que descaracterizam a estrutura original do prédio. Com isso, o estudo bibliométrico relata por parte dos autores que uma das barreiras enfrentadas pelas PNEs é a arquitetônica, ao mesmo tempo que os gestores e funcionários têm mais dificuldades na dimensão comunicacional e metodológica para oferecer um serviço de qualidade e acessível a todos. (7, 8, 9, 10)

CONCLUSÃO

Podemos concluir que as questões da acessibilidade nos mercados públicos municipais não tem sido objeto de reflexão nos diversos campos de conhecimento, inclusive na Gastronomia. Apesar de sua reconhecida importância na vida cultural das cidades. Observamos a escassez de estudos sobre o tema, inclusive a lacuna de estudos sobre a aplicabilidade das leis de acessibilidade em prédios históricos, que contribuam para a transposição das barreiras das PNEs.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- (1) SACRAMENTO, A.C.; SILVA, R.S. A Gastronomia nos mercados públicos do Recife. Instrumento de valorização da identidade cultural. Recife - PE. **Revista Senac**. p.1-6. 2009.
- (2) PLANALTO. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. 2016.
- (3) NORMAS BRASILEIRA ABNT NBR 9050: **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro. 2004.
- (4) PLANALTO. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015.
- (5) IBGE. **Portal Brasil-Dados Epidemiológicos. 2010**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>> > Acessado em 02 de maio. 2019.
- (6) SASSAKI, Romeu kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (reação)**, São Paulo, ano XII, mar./abr. 2009, p.10-16.
- (7) LIMA, C. et al. Ginga with tapioca: Redinhas market gastronomy as tourism attraction. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 4,n.1, p. 45-66, jan./jun. 2016.
- (8) XAVIER, Ana Estela Vaz. A Revitalização do Mercado Público de Pelotas e sua Ressignificação Social. **Relacult**, [s.l.], v. 2, n. 4, p.72-89, dez. 2016.
- (9) LÉLIS, E.C. Mobilidade urbana e diagnóstico da acessibilidade: um instrumento de análise. UNINOVE. **Anais do IV SINGEP**, São Paulo – SP – 2015. Disponível em <<https://singep.org.br/4singep/resultado/674.pdf>> Acesado em: 02 de mai de 2019.
- (10) RAMOS, M. R.; MERINO, G. S. A. D. TRISKA, R. Gestão de design e patrimônio histórico cultural: uma análise baseada nos princípios do design inclusivo em um Mercado Público. **Design & Tecnologia** v. 8, n. 16, p. 109-122, 30 dez. 2018.